

PLANO DE TRABALHO

DISCIPLINA	LEGAL WRITING								
DOCENTE	MARIANA CAMPOS DE CARVALHO								
CÓDIGO	GRDDIRATCE5835	SEMESTRE	2021.2	PERÍODO	-	NATUREZA	ATCE	CARGA HORÁRIA	30h

EMENTA		A redação jurídica é uma linguagem técnica utilizada pelos operadores do direito para defender ou apresentar a resolução de uma controvérsia. O profissional do direito faz uso desse tipo de escrita ao elaborar petições apresentadas em processos judiciais, administrativos e arbitrais (contencioso e arbitragem) e pareceres e opiniões jurídicas (consultivo). Em todos os casos, deverá apresentar argumentos com base em doutrina e jurisprudência (pesquisa) e, eventualmente, deverá fazer sustentações orais de seus argumentos.	
OBJETIVOS		Desenvolver escrita jurídica voltada para as áreas de contencioso e consultivo, além de preparar os alunos para trabalhos envolvendo pesquisa jurídica e sustentações orais.	
METODOLOGIA		Divisão dos alunos em duplas para criação de casos hipotéticos. Exposição, análise e elaboração das principais peças e atividades jurídicas.	
HABILIDADES	Exigência MEC CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018		Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.
		X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.
		X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.
		X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.
		X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.
			Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.
			Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.
		X	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.
		X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.
			Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.
			Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.
			Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.
			Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.
			Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.
			Outras:
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
AULA		TEMA	
1		Apresentação do curso e do plano de trabalho. Alinhamento de expectativas dos alunos com as peças e atividades sugeridas no plano de trabalho. Explicação da metodologia do curso. Divisão dos alunos em duplas para trabalharem em conjunto ao longo das aulas.	
2		Introdução à peça jurídica. Contextualização: importância de escutar o relato de um cliente, de absorver as informações e de realizar eventuais perguntas aclaratórias. Redação dos fatos de uma petição inicial.	
3		Introdução à pesquisa jurídica. Contextualização: pesquisa doutrinária e jurisprudencial. Elaboração de um relatório de pesquisa.	
4		Organização dos argumentos jurídicos em uma petição inicial. Contextualização: relação do caso concreto com fundamentos jurídicos. Redação de estrutura de uma petição inicial.	
5		Contraposição aos argumentos jurídicos. Contextualização: diálogo com os fatos narrados pelo autor. Redação de uma contestação/impugnação.	
6		Introdução ao parecer jurídico. Contextualização: articulação de argumentos que sustentem determinada tese jurídica. Redação de um parecer jurídico.	
7		Introdução a decisões judiciais, administrativas e judiciais. Contextualização: estrutura dividida em relatório, fundamentação e parte dispositiva. Redação de uma decisão.	
8		Introdução a opiniões jurídicas, memorandos e outras consultas. Contextualização: exposição de argumentos de acordo com necessidade do cliente. Redação de uma resposta jurídica a uma consulta.	
9		Introdução a sustentações orais. Contextualização: exposição de argumentos a juízes, desembargadores e ministros. Realização de sustentações orais.	
10		Continuação.	
11		Introdução a elementos gráficos. Contextualização: importância da linguagem visual. Elaboração de gráficos com informações fáticas e/ou jurídicas.	

12	Introdução a acordos jurídicos. Contextualização: importância da solução consensual. Redação de um acordo jurídico.
13	Introdução ao contrato jurídico. Contextualização: principais cláusulas contratuais. Redação de uma minuta de contrato.
14	Continuação.
15	Fechamento do curso. Esclarecimento de dúvidas sobre redação jurídica (outras peças não abordadas ao longo do curso).
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Participação em aula (5,0) e elaboração de peças jurídicas (5,0).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo C. da. Curso de Direito Processual Civil. v. 1, 2 e 3. Salvador: JusPodivm, 2019. Disponível em: http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/5562/2019_didierjr_direito_processual_civil1.pdf?sequence=1 FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil: contratos. V. 4, 6. ed. Salvador: Juspodvm, 2016. TEPEDINO, Gustavo. Soluções Práticas de Direito: Pareceres – Relações obrigacionais e contratos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	GOMES, Orlando. Contratos. 27ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2008. Disponível em: http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/6633/2019_gomes_contratos.pdf?sequence=3